

Classe média cresce em meio a tímido recuo da pobreza

Editorial do Valor, 21/05/2025

São 50,1% dos domicílios habitados pelas classes A, B e C e 49,9% pelas D e E

Uma das frases recorrentemente repetidas pelo presidente Lula é que ele deseja que o Brasil se torne um “país de classe média”. Esse desejo se materializou em alguns meses de seu segundo mandato e volta a se tornar realidade provisória agora. Estudo da Tendências Consultoria mostrou que o Brasil voltou a ser um país da classe média em 2024, com 50,1% dos domicílios habitados pelas classes A, B e C e 49,9% pelas D e E. No levantamento anterior, de 2022, as duas últimas detinham 50,7% e as três primeiras, 49,3%. As classes B (R\$ 8,1 mil e R\$ 25 mil) e C (R\$ 3,4 mil e R\$ 8,1 mil) são consideradas tipicamente de classe média.

Desde meados da década passada, os mais pobres não tinham participação tão baixa na população, de acordo com a série da Tendências, iniciada em 1999. Em 2012, as classes D/E representavam 48,7% dos domicílios do país. O percentual caiu para 47,9% em 2013 e para 47% em 2014, o menor da série. Só em 2023 a situação mudou.

A nova composição do bolo da renda brasileira em 2024 surpreendeu a própria consultoria. A Tendências previa que as classes D/E, que englobam a população com renda até R\$ 3,4 mil, seguiriam em maioria no ano passado. No entanto, sua participação diminuiu 0,8 ponto percentual, caindo abaixo dos 50%. A fatia da classe C encolheu ainda mais, 2 pontos, para 31%. O crescimento também ocorreu no topo da pirâmide, com a fatia da classe B aumentando 1,6 ponto, para 14,8%; e a da A, 1,5 ponto, para 4,3%.

A conjuntura econômica e decisões políticas explicam esse quadro. A expansão dos programas sociais favoreceu as classes D e E, sem, no entanto, promover significativa migração delas para as faixas mais elevadas de renda. A valorização do salário mínimo vai na mesma direção. A situação fiscal, no entanto, limita maiores avanços. Além disso, o aumento da inflação, puxado pela alimentação, penaliza mais os pobres, que gastam parcela maior do orçamento com comida.

A recuperação do mercado de trabalho, com desemprego de 7% no primeiro trimestre, de acordo com a Pnad Contínua do IBGE, a menor para o primeiro trimestre na série histórica, beneficiou em primeiro lugar as classes C e B. O aumento do emprego na área de serviços e a expansão das vagas formais favoreceram apenas marginalmente a população das classes D e E, que continuam concentradas na ocupação informal.

Já a alta dos juros, elevada a 14,75% neste mês, o maior patamar desde julho de 2006, ou seja, em quase 20 anos, engorda o caixa de quem tem recursos para investir - as classes mais altas, especialmente a A.

A Tendências estima que a classe média, da classe C para cima, englobe 54,8% dos domicílios brasileiros dentro dos próximos dez anos, até 2034, e que as classes D/E recuem 4,7 pontos, para 45,2%, novo piso da série histórica. Segundo a consultoria, a arrancada será puxada pela classe A, beneficiada pelo aumento de seus rendimentos e, em parte, pela migração de camadas mais baixas para as mais elevadas.

Os domicílios da classe A devem aumentar 0,8 ponto percentual para 5,1% em 2034. A classe B atingirá 16,7%, quase 2 pontos acima do percentual de 2024. A classe C deve avançar também 1,9 ponto, para 32,9%, ainda assim abaixo dos 33% de 2022.

O governo vem estudando medidas para beneficiar a classe média, de olho nas eleições de 2026, na desaceleração econômica prevista e na recuperação da popularidade perdida nesse segmento. Quatro medidas foram anunciadas com esse objetivo. São o aumento do limite de isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil, o novo empréstimo consignado para trabalhadores do setor privado, o saque do FGTS para quem optou pelo saque-aniversário e foi demitido e a destinação de R\$ 15 bilhões para nova faixa, mais elevada, do Minha Casa Minha Vida (MCMV), de R\$ 8 mil até R\$ 12 mil.

A isenção do IRPF, prevista para 2026, deve beneficiar 10 milhões de contribuintes. O empréstimo consignado para trabalhadores do setor privado poderá ser tomado por 47 milhões de pessoas. A liberação dos saldos do FGTS somará R\$ 12 bilhões. O reforço de R\$ 15 bilhões para o MCMV virá do Fundo Social, onde são depositados os recursos da União decorrentes da exploração de petróleo no pré-sal.

Previsões no Brasil são sempre incertas e sujeitas a enorme margem de erro. O Brasil de classe média dos primeiros governos de Lula desapareceu com a política econômica desastrosa da presidente Dilma Rousseff. Há o receio de que os novos programas de Lula tenham efeito expansionista na economia, que cresce mais do que pode, e na inflação, prejudicando os esforços do Banco Central de conter a inflação, que se recusa a obedecer à meta de 3%. No caso da ampliação da faixa de isenção do IR, o Congresso pode pregar uma peça e diminuir a compensação de receitas esperadas com a taxaço dos mais ricos, ampliando o déficit fiscal.